



RESOLUÇÃO Nº 03/2006

Institui o Código de Conduta para Gestores Administrativos da PUCRS

Art. 1º Fica instituído o Código de Conduta para Gestores da PUCRS, com as seguintes finalidades:

I – tornar claras as regras de conduta dos gestores administrativos vinculados à PUCRS, para que a comunidade universitária possa avaliar continuamente a integridade e a lisura do processo de gestão institucional;

II – contribuir para o aperfeiçoamento de padrões eticamente adequados da Administração Universitária, preservando a imagem e reputação da PUCRS a partir da conduta de gestores;

III – no caso de conflitos de interesses, atuar em consonância com as diretrizes referentes a conflitos de interesses vigentes na instituição.

Parágrafo único: entende-se por gestor administrativo qualquer membro da comunidade da PUCRS que exerça função de gestão administrativa de qualquer natureza no âmbito da PUCRS.

Art. 2º No exercício de suas funções, os gestores administrativos deverão pautar-se por padrões eticamente adequados, sobretudo no que diz respeito à moralidade, à integridade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da própria sociedade.

Art. 3º O gestor administrativo da PUCRS que mantiver participação superior a cinco por cento do capital de sociedade de economia mista, de instituição financeira, ou de empresa que negocie com a PUCRS, deverá revelar este fato à Administração Superior.

Art. 4º O gestor administrativo da PUCRS, quando couber, deverá informar, por escrito, às instâncias administrativas superiores, que recebe salário ou qualquer outra remuneração de outras fontes, bem como que recebe auxílios para transporte, hospedagem ou quaisquer benefícios de outras empresas particulares que possam, em algum aspecto, gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade.



Parágrafo único. Na participação em seminários, congressos e eventos semelhantes, desde que não configure conflito de interesses e seja tornada pública, poderá ser aceita remuneração originária da entidade promotora do evento, bem como pagamento das despesas de viagem.

Art. 5º É vedado ao gestor da PUCRS aceitar presentes de fornecedores ou outras empresas com as quais a PUCRS tenha vínculos econômicos.

Parágrafo único. Não se consideram presentes para os fins deste artigo os brindes que:

I – não tenham valor comercial;

II – sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas e não ultrapassam o valor comercial de um salário mínimo vigente.

Art. 6º No relacionamento com outros órgãos e funcionários da Administração da PUCRS, o gestor administrativo deverá esclarecer a existência de eventual conflito de interesses, bem como comunicar qualquer circunstância ou fato impeditivo de sua participação em decisão coletiva ou em órgão colegiado.

Art. 7º As divergências entre gestores administrativos da PUCRS serão resolvidas internamente, pela instância administrativa imediatamente superior, não lhes cabendo manifestar-se publicamente sobre a matéria que não seja afeta a sua área de competência.

Art. 8º É vedado ao gestor administrativo da PUCRS opinar, em local ou circunstâncias outros que os foros adequados, a respeito:

I – da honorabilidade e do desempenho funcional de outro gestor da Instituição; e

II – do mérito de questão que lhe seja submetida, para decisão individual ou em órgão colegiado.

Art. 9º As propostas de trabalho ou de negócio futuro, bem como quaisquer negociações que envolvam conflito de interesses, deverão ser imediatamente informadas pelo gestor à Administração Superior, independentemente da sua aceitação ou rejeição.



Art. 10º Em caso de desligamento do quadro funcional da Universidade ou transferência para outra função o gestor da PUCRS não deverá acessar informações direcionadas ou pertencentes ao cargo desempenhado anteriormente, independente do meio no qual elas se encontram. Essas informações devem ser mantidas em sigilo e repassadas para administração superior.

Art. 11 O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste Código será instaurado pela Administração Superior, através de uma Comissão Interna de Sindicância, de caráter confidencial, em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes.

§ 1º - O gestor administrativo será oficiado para manifestar-se no prazo de cinco dias.

§ 2º - A Comissão Interna de Sindicância poderá promover as diligências que considerar necessárias, bem como solicitar pareceres quando julgar imprescindível.

§ 3º - Concluídas as diligências mencionadas no parágrafo anterior, a Comissão Interna de Sindicância oficiará o gestor administrativo para nova manifestação, no prazo de três dias.

§ 4º - A Comissão Interna de Sindicância, independentemente do resultado, sempre comunicará à Administração Superior as conclusões de seus trabalhos, devidamente consubstanciadas.

Art. 12 Todos os gestores administrativos da PUCRS devem agir em conformidade com o presente Código de Conduta, com os regulamentos, com as políticas da PUCRS e com a legislação vigente no que se relaciona às respectivas funções.

Art. 13 Os casos omissos no presente Código de Conduta serão resolvidos pela Administração Superior e demais órgãos competentes.

Porto Alegre, 13 de outubro de 2006.

Joaquim Clotet
Reitor